MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA

BOLETIM DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – ATAS 8º CICLO 2019.

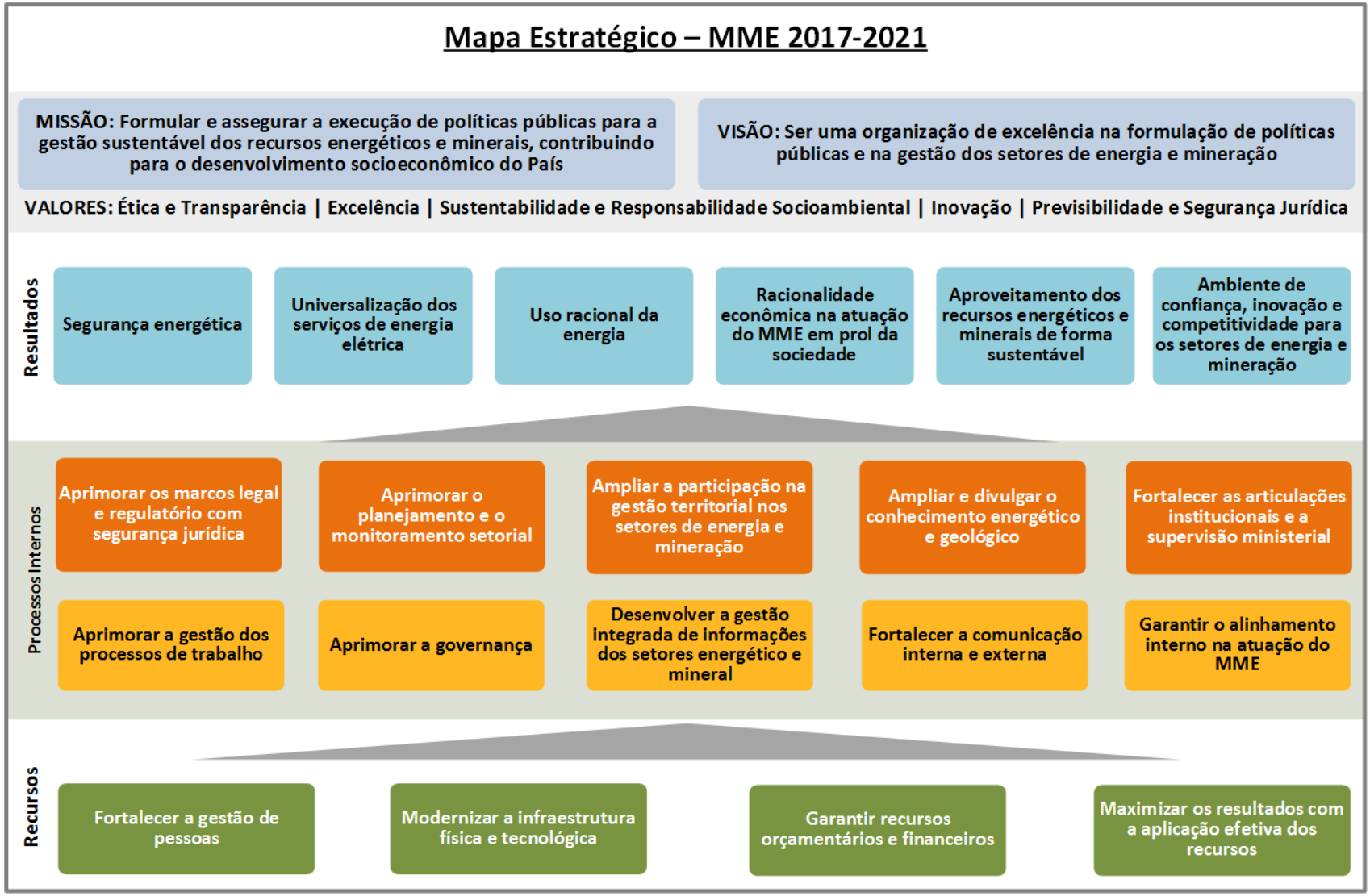
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Brasília/DF, 01 de julho de 2020

Sumário

Mapa Estratégico 2017-2021 3
Ata 8º Ciclo RAO Assessorias SE 4
Ata 8º Ciclo RAO SPE e SEE 6
Ata 8º Ciclo RAO SPG 10
Ata 8º Ciclo RAO SGM 14
Ata 8º Ciclo RAO SPOA 17
Ata 8º Ciclo RAE Reunião dos Secretários 19

Mapa Estratégico 2017-2021



Ata 8º Ciclo RAO Assessorias SE

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 8° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
04/06/2019 – 15h00	Sala 737	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE
- Assessoria Especial de Gestão de Projetos – AEGP
- Assessoria Especial de Meio Ambiente – AESA
- Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios – AEREG

PARTICIPANTES

NOME	SETOR
1. Ceicilene Martins	AESA/SE
2. Gláucia Regina Gomes	AEGP/SE
3. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
4. Luiz Cláudio Carvalho	AEGE/SE
5. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
6. Ney Zanella	AEGE/SE
7. Verônica Sousa	AESA/SE
8. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE

PAUTA

- Cadastro de Colaboradores
- Projetos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Indicadores Setoriais
- Metas de Desempenho Institucional
- Assuntos Gerais

O Sr. João Cláudio, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, falando sobre o 8º Ciclo do Planejamento Estratégico do MME, que só teve início no mês de maio devido à mudança de Governo.

Segundo ele, os novos gestores do MME ainda não conhecem o planejamento estratégico do MME, cabendo aos servidores envolve-los no assunto. As unidades (Secretarias e Assessorias) devem incluir os projetos e indicadores que terão o apoio efetivo da nova administração e excluir os indicadores que não estão funcionando.

Ainda segundo o Sr. João Cláudio, a orientação da AEGE é que sejam eliminados os faróis vermelhos "inúteis", ou seja, aqueles referentes a projetos e indicadores que nunca foram utilizados. Nesses casos, os faróis não estão vermelhos por falta de atingimento das metas e sim porque os projetos ou indicadores não chegaram a ser iniciados. Ele citou como exemplo o projeto do Observatório de Informações do Ministério de Minas e Energia, que estaria sob a responsabilidade da AEGE, mas não seguiu adiante, então deverá ser excluído do sistema, com as devidas justificativas. Ele acrescentou que é necessário justificar as informações de 2017 que estejam ausentes e atualizar as informações de 2018 e 2019.

O Sr. Vivaldo, da AEGE, mencionou uma reunião ocorrida na manhã no mesmo dia 4 de junho de 2019, na qual o Sr. Bruno Eustáquio, Secretário-Executivo Adjunto teria mencionado sobre a necessidade de alinhamento entre o sistema Stratec e o sistema Publicare, para a utilização de um único banco de dados para o MME, viabilizando a padronização das informações a serem prestadas em atendimento a demandas de diferentes órgãos, como a Casa Civil (sistema Governa) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR.

Em seguida, o Sr. Vivaldo falou sobre a necessidade de revisão do cadastro de colaboradores habilitados no sistema STRATEC, tendo em vista que muitos servidores que constam do referido cadastro não atuam mais nas Secretarias. Segundo ele, a princípio, aqueles colaboradores que não atuam mais no MME mas estavam vinculados a algum projeto ou indicador nos exercícios de 2017 e 2018, deverão permanecer, pois o sistema só aceita a exclusão se e quando o projeto ou indicador for excluído. Mas novos colaboradores poderão ser acrescidos e vinculados ao mesmo projeto ou indicador.

A Sra. Gláucia, da Assessoria Especial de Gestão de Projetos – AEGP informou que deverá manter os três colaboradores que estão cadastrados e talvez incluir o Sr. Denis, que é o atual Chefe daquela unidade. A Sra. Verônica, da Assessoria Especial de Meio Ambiente – AESA, informou que deverá excluir dois colaboradores.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Projetos Estratégicos. No sistema Stratec, não há projetos estratégicos sob a responsabilidade das Assessorias Especiais da Secretaria-Executiva. A Sra. Ceicilene, Chefe da AESA, e a Sra. Gláucia, representante da AEGP, alegaram que as duas unidades funcionam como áreas meio para as diversas áreas do MME, não tendo, portanto, a responsabilidade direta sobre projetos estratégicos.

Na sequência, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Indicadores Estratégicos. No caso da AEGP, há apenas um indicador estratégico e que também é uma meta de desempenho institucional: Número de Reuniões para Aprimoramento do Planejamento e Monitoramento Setorial. Ele alertou para a necessidade de atualização das informações para esse indicador no sistema. Segundo ele, a própria AEGE também irá rever a situação dos indicadores estratégicos sob sua responsabilidade.

O Sr. Ney Zanella, Chefe da AEGE, mencionou que é necessário "enxugar" o sistema e o planejamento estratégico do MME, para a exclusão de informações inúteis, e citou como exemplo indicadores relacionados a quantidade de reuniões. Segundo ele, um indicador importante é aquele que demonstre o que de fato o MME entregou para a sociedade.

O Sr. João Cláudio alegou que, ao final do contrato da consultoria do planejamento estratégico, alguns indicadores foram praticamente impostos ao MME, precisando ser revistos. A Sra. Gláucia mencionou que no início do processo, era necessário estabelecer uma curva de aprendizado, tendo que partir de indicadores que depois se mostraram inadequados, mas que agora seria o momento de rever os indicadores e o planejamento estratégico como um todo.

Em seguida, o Sr. Vivaldo apresentou a situação dos Indicadores Setoriais. Dentre as unidades participantes da reunião, apenas a AEGP possui indicadores setoriais cadastrados no sistema.

Com relação às Metas de Desempenho Institucional, o Sr. Vivaldo comentou que as unidades devem atualizar as informações com relação às Portarias que foram publicadas com as apurações correspondentes. A Sra. Gláucia mencionou que o período de apuração das metas de desempenho institucional não coincide com o ciclo do planejamento estratégico, que é de janeiro a dezembro. Segundo o Sr. Vivaldo, isso ocorre para atendimento das regras da área de recursos humanos relacionadas à época de recebimento de gratificações por parte dos servidores.

O Sr. João Cláudio solicitou que as unidades incluam no Stratec anexos e justificativas para as situações com faróis vermelhos ou amarelos. Segundo ele, a partir de agora, todo ano será providenciada a elaboração e a inclusão no SEI do Relatório Anual sobre o Planejamento Estratégico do MME, considerando as informações que estiverem no Stratec. Com isso, as unidades deverão manter o sistema sempre atualizado.

O Sr. João Cláudio informou também que, a partir de agora, todos os projetos deverão conter avaliação de riscos e mencionou o curso "Curso de Governança Pública e Gestão de Riscos" que será realizado no período de 10 a 14 de junho de 2019, nas dependências do MME.

O Sr. Vivaldo informou que a AEGE deverá encaminhar para todas as unidades um Ofício-Circular solicitando a revisão das informações e a apresentação de justificativas para a inclusão ou a exclusão de projetos e indicadores no planejamento estratégico do MME.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 15h40.

Ata 8º Ciclo RAO SPE e SEE

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 8° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
29/05/2019 – 10h00	Sala 641	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE

PARTICIPANTES

NOME	SETOR
9. Andrea Cristina Gomes Pereira	Gab/SPE
10. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
11. Sergio de Amorim Pacheco	DGSE/SEE
12. Juan Zamudio	Gab/SEE
13. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
14. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE
15. Allan Carlo Lopes de Menezes	AEGE/SE
16. André Luiz Dias de Oliveira	Gab/SEE
17. Guilherme Silva de Godoi	DMSE/SEE

PAUTA

- Cadastro de Colaboradores
- Projetos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Indicadores Setoriais
- Metas de Desempenho Institucional
- Assuntos Gerais

O Sr. João Cláudio, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, falando sobre o 8º Ciclo do Planejamento Estratégico do MME, que só teve início no mês de maio devido à mudança de Governo. Ele comentou também sobre a necessidade de elaboração de resposta à Solicitação de Auditoria da CGU sobre o Planejamento Estratégico, que está sendo uma oportunidade para revisão do sistema STRATEC.

Segundo ele, as Secretarias devem incluir os projetos e indicadores que terão o apoio efetivo da nova administração e excluir os indicadores que não estão funcionando. Ele citou como exemplo o projeto Observatório do Ministério de Minas e Energia, que estaria sob a responsabilidade da AEGE, mas não seguiu adiante, então deverá ser excluído do sistema, com as devidas justificativas.

O Sr. Vivaldo, da AEGE, falou sobre a necessidade de revisão do cadastro de colaboradores habilitados no sistema STRATEC, tendo em vista que muitos servidores que constam do referido cadastro não atuam mais nas Secretarias. Segundo ele, a princípio, aqueles colaboradores que não atuam mais no MME mas estavam vinculados a algum projeto ou indicador nos exercícios de 2017 e 2018, deverão permanecer, pois o sistema só aceita a exclusão se e quando o projeto ou indicador for excluído. Mas novos colaboradores poderão ser acrescidos e vinculados ao mesmo projeto ou indicador. Ele solicitou à SEE e à SPE que façam uma revisão e as devidas inclusões, exclusões e alterações e ressaltou que o que as Secretarias não conseguirem fazer no sistema deverão pedir à AEGE.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Projetos Estratégicos. Segundo ele, é necessário que as Secretarias revisem suas carteiras de projetos para verificar a possibilidade de inclusão de novos projetos.

No caso da SEE, no momento não consta nenhum projeto. Os dois projetos iniciados em 2017 – Estruturação de Área de Mercado e Redução de Subsídios – já foram concluídos

No caso da SPE, consta do sistema apenas um projeto – Programa de Fomento à Geração Distribuída. Segundo a Sra. Andrea, da SPE, o projeto não foi adiante por falta de pessoal. Segundo o Sr. Guilherme, do DMSE/SEE, na proposta de nova estrutura da SEE haverá uma área que poderá tratar de indicadores associados a esse tema, mas que a SPE teria que avaliar se o projeto será mantido ou não.

O Sr. André, da SEE, comentou que as Secretarias só deveriam assumir novos projetos quando a nova estrutura fosse formalizada. A Sra. Andrea, da SPE, ressaltou que a nova estrutura pode não ser aprovada, então as Secretarias não podem contar com isso. Sendo assim, ela informou que a SPE deverá solicitar a exclusão do projeto referente à Geração Distribuída.

Na sequência, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Indicadores Estratégicos. Segundo ele, no caso da SEE, há um indicador que nunca foi trabalhado: Redução de Subsídios da CDE. De acordo com o Sr. Juan, da SEE, esse indicador foi criado para acompanhar o projeto correspondente e, tendo em vista a conclusão do projeto, o indicador deverá ser excluído. O Sr. Guilherme ressaltou que o indicador realmente foi criado apenas para acompanhar a atuação do Grupo de Trabalho criado para tocar o projeto. Com a publicação do Decreto implantando as propostas do GT, o projeto e o indicador deixam de existir. Segundo o Sr. Juan, também não é possível criar um novo indicador, tendo em vista que o assunto não depende do MME e sim do Congresso Nacional e do comportamento do mercado. Os representantes da SEE ficaram de solicitar a exclusão do indicador no sistema STRATEC, apresentando uma justificativa e anexando uma cópia do Decreto.

O Sr. Guilherme mencionou que o indicador “Percentual da liquidação do MCP não pago” não aparece na relação de indicadores contida na Solicitação de Auditoria da CGU, mas ele acredita que poderia ser excluído. Segundo ele, o conceito inicial do indicador está equivocado e o farol amarelo também não depende do MME e sim do Congresso e do mercado.

O Sr. Vivaldo solicitou que as informações do DPUE/SEE sejam atualizadas com a maior brevidade possível a fim de subsidiar a resposta à Solicitação de Auditoria da CGU. Segundo os representantes da SEE, a falta de atualização não significa que ocorre falta de informação. Segundo eles, a Secretaria possui as informações atualizadas, mas não dispõe de pessoal para efetuar atualização no sistema, tendo em vista outras demandas prioritárias que são apresentadas cotidianamente.

No caso da SPE, o indicador “Intensidade de Consumo Final em Relação ao PIB” aparece no sistema sem informação para 2018. Segundo a Sra. Andrea, isso ocorre porque só é possível apurar a informação do ano anterior no mês de julho do corrente ano, quando ocorre o fechamento do Balanço Energético.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou à apresentação dos Indicadores Setoriais. Segundo ele, a SEE não possui indicadores setoriais e sim apenas metas de desempenho institucional. No caso da SPE, a Sra. Andrea comentou que a Secretaria pretende excluir o indicador “Disponibilidade da Informação (SIER-Brasil, Qlick View e CGIE) e ficou de encaminhar a justificativa para a AEGE.

Com relação às Metas de Desempenho, o Sr. Vivaldo comentou que as Secretarias devem atualizar as informações com relação às Portarias que foram publicadas com as apurações correspondentes. Os representantes da SEE mencionaram que deverão pedir para excluir a meta “Ligações Realizadas pelo Programa Luz para Todos (DPUE)”, que aparece com farol vermelho em 2017, tendo em vista que não é gerenciável pela SEE. A SPE ficou de rever as metas.

Em seguida, o Sr. Vivaldo apresentou um quadro comparativo entre as ações que constam do sistema GOVERNA, desenvolvido pela Casa Civil, e as ações que foram informadas pelas Secretarias em resposta à demanda da Secretaria de Ações Estratégicas – SAE/PR. Ele ressaltou a necessidade de padronização dos projetos e informações a serem apresentados em atendimento a diferentes demandas. Os representantes das Secretarias alegaram que as informações estão diferentes porque o formato dos formulários da Casa Civil e da SAE são diferentes.

O Sr. Vivaldo comentou sobre a diferença de informações até com relação às notícias veiculadas pela ASCOM no site do MME. Os representantes da SEE ressaltaram que essa diferença é admissível, tendo em vista a questão política e a estratégia de comunicação do GM e da Secretaria-Executiva.

O Sr. Vivaldo solicitou que as Secretarias incluam anexos com justificativas, memórias de cálculo para as situações com faróis vermelhos ou amarelos. Segundo ele, a partir de agora, acatando uma sugestão da CGU, todo ano será providenciada a elaboração e a inclusão no SEI do Relatório Anual sobre o Planejamento Estratégico do MME, considerando as informações que estiverem no STRATEC. Com isso, as Secretarias e unidades deverão manter o Stratec sempre atualizado. Ele acrescentou que também irá incluir no SEI os produtos das Reuniões de Avaliação Operacional - RAO, que terão periodicidade trimestral.

O Sr. João Cláudio informou que todos os projetos deverão conter avaliação de riscos. Os representantes da SEE disseram que é necessário deixar claro exatamente o que se espera que seja feito com relação a avaliação de riscos e qual a metodologia a ser adotada. O Sr. João Cláudio ressaltou que o MME ainda não tem uma metodologia de Gestão de Riscos, que deverá ser definida pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles. O Sr. Juan sugeriu que o projeto “Linha de Transmissão Manaus - Boa Vista” seja adotado como projeto-piloto para a definição da metodologia de gestão de riscos.

Os participantes da reunião reconhecem a necessidade de se promover treinamentos específicos para as Secretarias nos seguintes temas:

- Planejamento Estratégico;

- Avaliação de Riscos;

- Operação do STRATEC.

O Sr. João Cláudio ressaltou que todas as proposições que surgirem das Reuniões de Avaliação Operacional – RAO serão apresentadas na Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, para deliberação do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 11h20.

Ata 8º Ciclo RAO SPG

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 8° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
22/05/2019 - 9h30	Sala 952	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATEGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG

PARTICIPANTES

NOME	SETOR
18. Fernando Massaharu Matsumoto	DGN/SPG
19. Daniel Lopes Pego	DGN/SPG
20. Thereza Christina de Almeida Castro	Gab/SPG
21. Allan Carlo Lopes de Menezes	AEGE/SE
22. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
23. Umberto Mattei	DBIO/SPG
24. Karla Branquinho dos Santos	DEPG/SPG
25. Lucas Mota de Lima	DEPG/SPG
26. Silvio Castilho das Oliveiras	AEGE/SE
27. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
28. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE

PAUTA

- Cadastro de Colaboradores
- Projetos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Indicadores Setoriais
- Metas de Desempenho Institucional
- Assuntos Gerais

O Sr. João Cláudio, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, falando sobre o 8º Ciclo do Planejamento Estratégico do MME, que só teve início no mês de maio devido à mudança de Governo.

O Sr. Vivaldo, da AEGE, falou sobre a necessidade de revisão do cadastro de colaboradores habilitados no sistema STRATEC, tendo em vista que muitos servidores que constam do referido cadastro não atuam mais na SPG.

Em seguida, ele apresentou a situação dos Projetos Estratégicos sob a responsabilidade da SPG. Nos quadros referentes aos exercícios de 2017 e de 2018, constam do sistema os seguintes projetos: Gás Para Crescer (DGN); Renovabio (DBIO); Combustível Brasil (DCDP); Revitalização de Atividades Terrestres em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - REATE (DEPG).

A Sra. Thereza, da SPG, informou que os projetos Gás Para Crescer e Combustível Brasil já estavam concluídos e que o REATE se tornou contínuo. O Sr. João Cláudio questionou porque o projeto Gás Para Crescer aparecia no sistema com o farol vermelho no quadro referente ao exercício de 2017, tendo em vista que já estava concluído. O Sr. Vivaldo esclareceu que provavelmente o projeto foi concluído fora do prazo e que isso deveria ser verificado na justificativa apresentada no sistema. Com relação ao REATE, ele informou que, como passou a ter caráter contínuo, deverá ser alterado de projeto para indicador estratégico.

O Sr. Vivaldo mencionou a necessidade de padronização dos projetos e informações a serem apresentados em atendimento a diferentes demandas, como as da Casa Civil e as da Secretaria de Ações Estratégicas – SAE/PR. Segundo ele, até o dia 23/05/2019, o MME terá que atualizar as informações do sistema GOVERNA, em atendimento a uma demanda da Casa Civil. Ele mencionou que essa padronização deverá ser efetuada no STRATEC, que deverá funcionar como base de dados para essas demandas e que a tendência é que seja adotado como modelo o formulário da Casa Civil, que é mais completo que o da SAE.

No quadro referente ao exercício de 2019, além dos projetos acima mencionados, foi incluído o projeto Novo Mercado de Gás, que deverá ficar sob a responsabilidade do DGN. A Sra. Thereza mencionou que deverá ser incluído também o projeto Abastece Brasil, sob a responsabilidade do DCDP.

Com isso, deverão ser incluídos no sistema os novos projetos Novo Mercado de Gás e Abastece Brasil e deverão ser excluídos os projetos Gás Para Crescer e Combustível Brasil, que já foram concluídos. O REATE deverá ser excluído como projeto e incluído como indicador. A SPG deverá providenciar essas alterações e apresentar as justificativas.

Segundo o Sr. Fernando, do DGN/SPG, o projeto Novo Mercado de Gás tem o objetivo de promover a formação do mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, orientando e acelerando a transição, levando em conta as propostas apresentadas pela iniciativa Gás para Crescer, bem como a experiência e o conhecimento adquiridos nesse período. O Novo Mercado de Gás foca na transição para o mercado concorrencial, com uma nova estratégia, de abordagem mais negocial, inclusive com os Estados, para reduzir os conflitos verificados anteriormente. Não é seu objetivo rediscutir o desenho do mercado de gás natural, o que já foi amplamente debatido desde 2016, no âmbito da iniciativa Gás para Crescer. Dessa forma, o Gás para Crescer foi considerado concluído no STRATEC, com a publicação do Decreto nº 9.616, de 17/122018, que orienta o desenho do novo mercado de gás natural e aperfeiçoa a regulamentação do setor de transporte de gás para a entrada de novos agentes.

O Sr. Max Bezerra, da AEGE, perguntou a que se refere o Plano Plurianual para Oferta de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, incluído pelo DEPG/SPG no formulário “Ações Estratégicas” em resposta à demanda da SAE. A Sra. Thereza informou que se refere aos leilões (rodadas de licitações). Segundo o Sr. Vivaldo, devido ao seu caráter continuado, essa “ação estratégica” não pode entrar no STRATEC como projeto, devendo ser incluída como indicador.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Indicadores Estratégicos. No que se refere ao exercício de 2017, o Índice de Sucesso nos Leilões da ANP nem chegou a ser apurado. No que se refere a 2018, é necessário justificar os indicadores que estão com farol amarelo ou vermelho. E no que se refere a 2019, a inclusão das informações só teve início no dia 21/05/2019. As ações que deixaram de ser projetos deverão passar a ser acompanhadas como indicadores.

O Sr. Fernando informou que, com a conclusão do Gás Para Crescer e a criação do Novo Mercado de Gás, o indicador associado também será alterado. Considerando a formação do mercado de gás natural dentro do sistema de transporte, entendeu-se mais relevante acompanhar o número de contratantes de serviços de transporte (carregador) na malha integrada de gasodutos de transporte. Assim, criou-se o indicador "Número de Carregadores na Malha Integrada de Transporte de Gás Natural" e propôs-se a remoção do indicador anterior "Diversificação dos Agentes Ofertantes no Mercado de Gás Natural".

Na sequência, foram apresentados os Indicadores Setoriais 2019. Durante a apresentação, os representantes da SPG decidiram pela exclusão dos indicadores abaixo relacionados:

- Definir diretrizes para resolução do CNPE – REATE;

- Definir política de P&D (Grupo de Trabalho);

- Fator de recuperação estimada;

- Implantar o banco de dados da SPG;

- Participação do gás nacional da oferta total ao mercado;

- Percentual de participação das exportações brasileiras de petróleo no mercado internacional;

- Percentual de participação no Brasil dos investimentos anuais da indústria do petróleo em exploração e produção no mundo;

- Período entre contratação e primeiro óleo;

- Propor novo marco legal para a indústria de gás natural;

- Publicar boletins de monitoramento setorial (tendo em vista que já está entre as metas de desempenho institucional).

Com isso, deverão permanecer apenas os indicadores a seguir:

- Autossuficiência;

- Índice de área ocupada;

- Índice de oferta de gás natural em relação à produção nacional;

- Índice de reposição de reservas;

- Produção de biodiesel tendo como referência o PDE vigente;

- Produção de etanol tendo como referência o PDE vigente;

- Volume de oferta nacional (alterando o nome para "Volume de oferta de gás nacional").

Além disso, a SPG ficou de verificar a possibilidade de inclusão de novos indicadores.

Com relação às Metas de Desempenho Institucional, a SPG ficou de rever e corrigir as informações em conformidade com a Portaria SE/MME nº 29, de 28/11/2018.

Em seguida, o Sr. Vivaldo apresentou um quadro comparativo entre as ações que constam do sistema GOVERNA, desenvolvido pela Casa Civil, e as ações que foram informadas pela SPG em resposta à demanda da SAE. Ele ressaltou mais uma vez a necessidade de padronização dessas informações e da terminologia utilizada.

O Sr. Vivaldo informou que irá providenciar a elaboração e a inclusão no SEI do Relatório Anual Consolidado 2017 e 2018 sobre o Planejamento Estratégico do MME. Ele também irá incluir no SEI os produtos das Reuniões de Avaliação Operacional (RAO) no prazo de até 15 dias após a realização de cada reunião. Para tanto, as Secretarias/unidades deverão providenciar a atualização das informações antes desse prazo. Ele mencionou também a necessidade de comprovação das informações apresentadas no STRATEC, assim como os anexos e produtos.

O Sr. João Cláudio informou que todos os projetos deverão conter avaliação de riscos e que a CGU provavelmente irá ofertar novos cursos relacionados ao assunto.

O Sr. Vivaldo mencionou a necessidade de alinhamento do Planejamento Estratégico do MME com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES, que é a estratégia de longo prazo (12 anos) do Governo Federal, que ainda está como Projeto de Lei.

O Sr. Max perguntou se o que foi apresentado na reunião estava coerente com o que foi discutido para a elaboração do PPA 2020-2023 durante a Oficina do Programa Petróleo e Gás, promovida pelo Ministério da Economia, nos dias 6 e 7 de maio, e que contou com a participação de representantes da SPG. O Sr. Silvio, da AEGE respondeu que sim e acrescentou que a nova metodologia apresentada pelo Ministério da Economia pressupõe um PPA mais enxuto. Mas as ações que não aparecerem no PPA deverão constar do Planejamento Estratégico dos órgãos responsáveis. Portanto, os novos projetos poderão ser incluídos ou não no PPA como ações não orçamentárias. Ainda segundo o Sr. Silvio, apesar dos avanços obtidos na oficina, ainda está pendente a definição, no SIOP, de alguns atributos do programa para o novo PPA, mas são definições de sistema e não pendências de responsabilidade do MME.

O Sr. João Cláudio perguntou qual seria a periodicidade dos ciclos do planejamento estratégico (RAOs e RAEs). O Sr. Vivaldo respondeu que a tentativa será de manter a periodicidade trimestral, ou seja, quatro ciclos de reuniões anuais, apesar do atraso do início desse 8º ciclo.

Os participantes da reunião reconhecem a necessidade de se promover treinamentos específicos para as Secretarias nos seguintes temas:

- Planejamento Estratégico;

- Avaliação de Riscos;

- Operação do STRATEC.

Além disso, os participantes consideram de suma importância o fortalecimento da Assessoria Especial de Gestão Estratégica para melhor desempenhar as suas atribuições na coordenação do PPA e do Planejamento Estratégico.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 10h20.

Ata 8º Ciclo RAO SGM

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 8° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
24/05/2019 – 15h00	Sala 412	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

PARTICIPANTES

NOME	SETOR
29. Patrícia S. Pego	SGM
30. Helio Mauro França	SGM
31. Silvio Castilho das Oliveiras	AEGE/SE
32. Allan Carlo Lopes de Menezes	AEGE/SE
33. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
34. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
35. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE

PAUTA

- Cadastro de Colaboradores
- Projetos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Indicadores Setoriais
- Metas de Desempenho Institucional
- Assuntos Gerais

O Sr. Vivaldo, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, falando sobre o 8º Ciclo do Planejamento Estratégico do MME, que só teve início no mês de maio devido à mudança de Governo.

A Sra. Patricia, da SGM, mencionou que, na opinião dela, a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE deveria preceder as Reuniões de Avaliação Operacional – RAO, tendo em vista a recente mudança dos dirigentes e a necessidade do estabelecimento de diretrizes da alta administração.

O Sr. Vivaldo falou sobre a necessidade de revisão do cadastro de colaboradores habilitados no sistema STRATEC, tendo em vista que muitos servidores que constam do referido cadastro não atuam mais na SGM. Segundo ele, é possível até mesmo cadastrar todos os servidores da SGM, concedendo perfis de acesso diferenciados.

Em seguida, ele apresentou a situação dos Projetos Estratégicos sob a responsabilidade da SGM. Nos quadros referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 consta do sistema apenas o projeto Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, que o Sr. Vivaldo elogiou como exemplo de um projeto bem estruturado. O Sr. Helio comentou que a carteira de projetos da SGM terminou pois tinha começo, meio e fim, e que já estão pensando em montar uma nova carteira. O Sr. Vivaldo informou sobre a necessidade que conclusão ou atualização do projeto, com as devidas justificativas. O Sr. João Cláudio, da AEGE, questionou o motivo de ainda não terem montado essa nova carteira. O Sr. Helio respondeu que um dos motivos foi o incidente ocorrido no início do ano com a Barragem de Brumadinho. O Sr. João Cláudio mencionou que esse é o momento de incluir novos projetos.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Indicadores Estratégicos. Segundo ele, no caso dos exercícios de 2017 e 2018, a SGM terá que justificar os indicadores que estão sinalizados com farol vermelho ou amarelo, e no caso do exercício de 2019, a SGM terá que inserir as metas.

Na sequência, foi apresentada a situação dos Indicadores Setoriais, que são os mesmos nos três exercícios (2017 a 2019), a saber:

- Percentual de informações sistematizadas;

- Percentual de processos de trabalho mapeados;

- Atendimento ao quadro ideal.

Segundo o Sr. Vivaldo, esses indicadores foram incluídos mas nunca foram apurados. O Sr. Helio informou que esses indicadores nunca foram tratados, pois não foram considerados como prioridade pelos dirigentes. A SGM ficou de verificar se os indicadores setoriais serão mantidos ou não.

Com relação às Metas de Desempenho Institucional, o Sr. Vivaldo informou que as informações que constam do sistema para os três exercícios (2017 a 2019) estão diferentes das informações que constam das respectivas Portarias. A SGM ficou de rever e corrigir as informações.

Em seguida, o Sr. Vivaldo apresentou um quadro comparativo entre as ações que constam do sistema GOVERNA, desenvolvido pela Casa Civil, e as ações que foram informadas pela SGM em resposta à demanda da Secretaria de Ações Estratégicas – SAE/PR. Ele ressaltou a necessidade de padronização dos projetos e informações a serem apresentados em atendimento a diferentes demandas. Ele mencionou que essa padronização deverá ser efetuada no STRATEC, que deverá funcionar como base de dados única para essas demandas.

Segundo a Sra. Patrícia, é difícil essa padronização, tendo em vista que, enquanto a demanda da SAE se refere a projetos, a demanda da Casa Civil (GOVERNA) se refere a ações. Dessa forma, o único projeto seria o de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira e as ações seriam as seguintes:

- Promover sustentabilidade do setor mineral;

- Realizar leilão de áreas da ANM;

Viabilizar o leilão de áreas da CPRM (Palmeirópolis/TO);

- Desburocratizar o setor mineral;

- Fortalecer a ANM; Melhorar a atratividade da mineração;

- Revisitar segurança de barragens;

- Prevenir: Bairro do Pinheiro, Maceió/AL.

O Sr. Vivaldo informou que, em cerca de 15 a 20 dias, irá providenciar a elaboração e a inclusão no SEI do Relatório Anual Consolidado 2017 e 2018 sobre o Planejamento Estratégico do MME, considerando as informações que estiverem no SEI até então. Com isso, as Secretarias e unidades deverão providenciar as atualizações dentro desse prazo. E, a partir de agora, no primeiro trimestre de cada ano, será incluído o Relatório referente ao ano anterior. Ele acrescentou que também irá incluir no SEI os produtos das Reuniões de Avaliação Operacional- RAO, que terão periodicidade trimestral. Ele mencionou também a necessidade de comprovação das informações apresentadas no STRATEC, assim como os anexos e produtos.

O Sr. João Cláudio informou que todos os projetos deverão conter avaliação de riscos. A Sra. Patrícia questionou se já havia um Plano de Gestão de Riscos do MME. Ele respondeu que não, mas que as Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE devem funcionar também como reuniões do Comitê de Gestão de Riscos, que deverão deliberar sobre essas questões.

O Sr. Helio mencionou a necessidade de alinhamento do Planejamento Estratégico com o PPA. O Sr. Silvio, da AEGE, comentou sobre a Oficina do Programa de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a ser realizada nos dias 30 e 31 de maio, e que deverá contar com a participação de representantes da SGM. O Sr. Helio informou que a SGM já realizou uma reunião prévia interna sobre o assunto, no dia 23/05/2019, e irá realizar outra reunião no dia 27/05/2019, envolvendo a ANM, para já chegarem na oficina com uma posição alinhada para a elaboração do PPA.

Os participantes da reunião reconhecem a necessidade de se promover treinamentos específicos para as Secretarias nos seguintes temas:

- Planejamento Estratégico;

- Avaliação de Riscos;

- Operação do STRATEC.

Além disso, os participantes consideram de suma importância o fortalecimento da Assessoria Especial de Gestão Estratégica para melhor desempenhar as suas atribuições na coordenação do PPA e do Planejamento Estratégico.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 16h20.

Ata 8º Ciclo RAO SPOA

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 8° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
30/05/2019 – 15h00	Sala 450	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

PARTICIPANTES

NOME	SETOR
36. Manoel Humberto Lemos da Silva	SPOA
37. Terezinha Aguiar Almeida	CMA/SPOA
38. Allan Carlo Lopes de Menezes	AEGE/SE
39. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
40. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
41. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE

PAUTA

- Cadastro de Colaboradores
- Projetos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Indicadores Setoriais
- Metas de Desempenho Institucional
- Assuntos Gerais

O Sr. João Cláudio, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, falando sobre o 8º Ciclo do Planejamento Estratégico do MME, que só teve início no mês de maio devido à mudança de Governo. Ele comentou que a elaboração das respostas às Solicitações de Auditoria da CGU sobre o Planejamento Estratégico estão sendo uma oportunidade para revisão do sistema STRATEC.

Segundo o Sr. João Cláudio, a orientação da AEGE é que sejam eliminados os faróis vermelhos "inúteis", ou seja, aqueles referentes a projetos e indicadores que nunca foram utilizados. Nesses casos, os faróis não estão vermelhos por falta de atingimento das metas e sim porque os projetos ou indicadores não chegaram a ser iniciados. Ele citou como exemplo o projeto Observatório do Ministério de Minas e Energia, que estaria sob a responsabilidade da AEGE, mas não seguiu adiante, então deverá ser excluído do sistema, com as devidas justificativas. Nesse sentido, as unidades devem incluir os projetos e indicadores que terão o apoio efetivo da nova administração e excluir os que não estão funcionando.

O Sr. Vivaldo, da AEGE, falou sobre a necessidade de revisão do cadastro de colaboradores habilitados no sistema STRATEC, tendo em vista que muitos servidores que constam do referido cadastro não atuam mais nas Secretarias. Segundo ele, a princípio, aqueles colaboradores que não atuam mais no MME mas estavam vinculados a algum projeto ou indicador nos exercícios de 2017 e 2018, deverão permanecer, pois o sistema só aceita a exclusão se e quando o projeto ou indicador for excluído. Mas novos colaboradores poderão ser acrescidos e vinculados ao mesmo projeto ou indicador. Ele solicitou à SPOA que faça uma revisão e as devidas inclusões, exclusões e alterações e ressaltou que o que a SPOA não conseguir fazer no sistema deverá pedir à AEGE.

Em seguida, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Projetos Estratégicos. Segundo ele, é necessário que todas as unidades revisem suas carteiras de projetos para verificar a possibilidade de inclusão de novos projetos, com a apresentação das devidas justificativas.

No caso da SPOA, constam os seguintes projetos: Elaboração do PDTIC; Gestão de Pessoas; e Estruturação do Escritório de Processos. Os dois primeiros estão com o status de "concluído", ao passo que o último ainda está na situação de "ativo" mas aparece com o farol vermelho. Segundo os representantes da SPOA, o projeto de Estruturação do Escritório de Processos foi descontinuado em decorrência da rescisão de contrato com a empresa responsável, além da ausência de pessoal com expertise no assunto. Mas segundo eles a parte teórica e metodológica foi concluída. Diante disso, o Sr. Vivaldo informou que a SPOA deverá providenciar, no sistema, primeiro a conclusão do projeto, depois a sua exclusão, com as devidas justificativas.

Na sequência, o Sr. Vivaldo passou a apresentar a situação dos Indicadores Estratégicos, que também teriam que ser revistos pelo SPOA. O Sr. Max, da AEGE, comentou que a resposta da SPOA para a Solicitação de Auditoria da CGU (SA nº 201900308/06), constante do Ofício nº 56/2019/SPOA/SE-MME (processo SEI nº 48300.001644/2019-85) já informa quais os indicadores que devem ser mantidos e quais devem ser incluídos, com as devidas justificativas. Os representantes da SPOA e da AEGE concordaram que, para efeitos da Reunião de Avaliação Operacional – RAO, podem utilizadas as mesmas informações constantes do Ofício, como segue:

1) Índice de otimização de processos críticos - Excluir. Foi concluída a concepção do Escritório de Processos (EP) conforme documentação anexada ao projeto no STRATEC. O projeto foi descontinuado em decorrência da rescisão de contrato com a empresa de consultoria TCI Business Process Outsourcing. Ademais o MME não dispõe de pessoal com expertise no assunto.

2) Percentual de servidores em exercício no MME capacitados - Fica mantida a aferição deste indicador pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH).

3) Índice de clima organizacional - Excluir este indicador. A pesquisa de clima organizacional foi realizada mas o plano de ação não foi implementado.

4) Índice de perda de servidores - Fica mantida a aferição deste indicador pela CGRH.

5) Índice de execução do plano de capacitação - Incluir no rol de indicadores da CGRH.

6) Índice de satisfação em relação às demandas de TI - Fica mantida a aferição deste indicador pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

7) Índice da infraestrutura física - Excluir este indicador pelas razões especificadas no indicador 3 (tendo em vista que está vinculado à pesquisa de clima organizacional).

8) Índice de execução do PDTI - Incluir no rol de indicadores da CGTI.

9) Taxa de execução orçamentária - Fica mantida a aferição deste indicador pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF).

10) Taxa de execução financeira - Fica mantida a aferição deste indicador pela CGOF.

11) Índice de Orçamento Estratégico - Não será incorporado ao rol de indicadores da CGOF.

12) Índice de execução orçamentária com projetos estratégicos - Não será incorporado ao rol de indicadores da CGOF.

O Sr. Vivaldo ressaltou que os indicadores estratégicos que forem mantidos deverão ser atualizados. Ele mencionou também que a SPOA não possui Indicadores Setoriais cadastrados no STRATEC. Segundo ele, após a revisão a ser efetuada pela SPOA, os indicadores que não forem mais considerados como estratégicos poderão se tornar indicadores setoriais.

Com relação às Metas de Desempenho, o Sr. Vivaldo lembrou que a SPOA deve atualizar as informações com relação às Portarias que foram publicadas com as apurações correspondentes.

Segundo o Sr. Vivaldo, a partir de agora, acatando uma sugestão da CGU, todo ano será providenciada a elaboração e a inclusão no SEI do Relatório Anual sobre o Planejamento Estratégico do MME, considerando as informações que estiverem no STRATEC. Com isso, as unidades deverão manter o Stratec sempre atualizado. Ele acrescentou que também irá incluir no SEI os produtos das Reuniões de Avaliação Operacional - RAO, que terão periodicidade trimestral.

Os representantes da AEGE informaram que todos os projetos deverão conter avaliação de riscos, mas que o MME ainda não tem uma metodologia de Gestão de Riscos, que deverá ser definida pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

O Sr. João Cláudio ressaltou que todas as proposições que surgirem das Reuniões de Avaliação Operacional – RAO serão apresentadas na Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, para deliberação do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 16h00.

Ata 8º Ciclo RAE Reunião dos Secretários

Reunião dos Secretários

Data: 08/10/2019

Pauta:

1) **Secretaria- Executiva:**

O Secretário-adjunto, Bruno Eustáquio, conduziu a apresentação da SECEX apresentando as seguintes diretrizes:

1. Padronização das apresentações;

Existe um modelo que deve ser seguido pelas áreas. As apresentações serão reenviadas para todos os participantes.

2. Padronização do despacho para respostas da ASPAR e AECI, no qual o Secretário atesta concordância com a resposta;

   Os despachos de envio de informação para a ASPAR- Congresso Nacional e a AECI -TCU deverão ser assinados pelo secretários ou adjuntos.

   Ficou determinado que documentos recebidos oriundos do TCU sem ter tramitado pelo protocolo do MME sejam remetidos a esse setor. Tal diretriz constará do memorando a ser produzido pela SECEX.

3. Permanência do Secretário ou do seu substituto.

   Foi corroborada a diretriz que deve estar no ministério o Secretário ou seu substituto formal.

4. Foi destacado que faz parte da rotina das áreas realizar a atualização da apresentação do Ministro semanalmente. A rotina é a seguinte:

   a) Envio da apresentação pela AEGP - quarta-feira
   b) Atualização pelas áreas – quinta-feira
   c) Fechamento da apresentação AEGP – sexta-feira

2) AESA

Ceicilene conduziu a apresentação destacando dois pontos:

1) Derramamento de óleo no litoral nordestino – a Casa Civil está monitorando os danos e realizando a coordenação dos trabalhos;
2) A exploração de urânio tem resistência por parte do IBAMA, tendo em vista a atuação da INB nessa matéria. Zanella e Ceicilene tratarão dessa questão.

3) AEGE

Relatado pelo Zanella os seguintes assuntos:

1. Término dos trabalhos do GT Minérios Nucleares;
2. Início das ações visando à elaboração da Mensagem Presidencial e do Relatório de Gestão.

4) ASSINT

Paulo Pacheco tratou da viagem do ministro à China de 19 a 28/10.
A CONJUR deverá analisar os documentos que serão assinados pelo Ministro.
Verificar se haverá o evento do dia 25 na China para preparação de apresentação.

5) ASCOM

1. Participação do Ministro Bento Albuquerque na FIB 2019;
2. Capitalização da Eletrobrás – Articulação com a Secom;
3. PDE 2029 – Divulgação – início da consulta pública de 21/10-22/11.

O início da CP é um momento importante que deve ser explorado.

6) SPG

João apresentou os seguintes assuntos:

1. Audiência Pública às 10 hs na CME sobre “Desinvestimento da Petrobras na Bahia e o desmonte da Petrobras no Nordeste“, com Roberto Castelo Branco, em atendimento ao Requerimento nº 100/2019, de autoria do Deputado Carlos Zarattini
2. Audiência pública às 14 hs na CFFC sobre a "Política de Preços do Diesel.“ com Roberto Castelo Branco, em atendimento ao Requerimento nº 24/2019, de autoria do Deputado Gilberto Abramo
3. Reunião em 8/10, com Deputados da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA sobre o PL nº 1935/19 que dispõe sobre a proibição do faturamento Hidráulico no País (Shale Gás)
4. Reunião na CI do Senado em 8/10 para apresentação pelo Senador Rodrigo Pacheco do Relatório do PL nº 3178/2019 que permite ao CNPE escolher qual o regime (concessão x partilha de produção) será mais vantajoso nas áreas do polígono do pré-sal e retira o direito de preferência da Petrobras no regime de partilha de produção
5. Reunião plenária do TCU prevista para o dia 09 de outubro para apreciar o Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa
6. 16ª Rodada de Concessões prevista para o dia 10/10 licitará 36 blocos em cinco bacias sedimentares, 17 empresas participarão do Leilão, previsão de arrecadação de R$ 3,35 bilhões
7. Encaminhamento à Casa Civil do Decreto que cria o Programa de Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – BidSIM
8. Encaminhamento ao CN de PLN para abertura de crédito orçamentário para pagamento à Petrobras da revisão do contrato de Cessão Onerosa e definição de quem paga o saldo da revisão à Petrobras (R$ 33 bilhões)
9. Encaminhamento à Casa Civil de PL sobre condições para exploração de petróleo e gás natural em terras indígenas
10. Conclusão do 1º Relatório Trimestral do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural e do plano de trabalho para apresentação ao CNPE, em 18/10
11. Apresentação em 09/10 do Parecer do Deputado Silas Câmara ao PL 6407/2013
12. A Petrobras reduziu para 0,5 % o teor de enxofre no óleo combustível marítimo (óleo bunker), deste 02/10
13. Encaminhamento à Casa Civil da Exposição de Motivos e da minuta do Decreto que regulamenta os Créditos de Descarbonização - CBIOs
14. Assinatura do contrato ANP/Serpro para o desenvolvimento do Sistema de Lastro do CBIOs com base nas notas fiscais apuradas pela receita federal

ENCAMINHAMENTOS E PONTOS DE ATENÇÃO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO:

a) Derramamento de óleo no litoral nordestino – a Casa Civil está monitorando os danos e realizando a coordenação dos trabalhos;
b) A exploração de urânio tem resistência por parte do IBAMA, tendo em vista a atuação da INB nessa matéria. Zanella e Ceicilene tratarão dessa questão.
c) PDE 2029 – Divulgação – início da consulta pública de 21/10-22/11. O início da CP é um momento importante que deve ser explorado.
d) A CONJUR deverá analisar os documentos que serão assinados pelo Ministro.
e) ASSINT - Verificar se haverá o evento do dia 25 na China para preparação de apresentação.